

DEMOCRACIA POR PRINCÍPIO, MEIO E FIM

Reynaldo Jardim

PRINCÍPIO

Mais uma vez a sensibilidade, argúcia e sintonia com a modernidade ilumina uma decisão de José Aparecido. Ao criar, à frente do governo do DF, o projeto UniverCidade, a Cidade da Paz, o Instituto de Tecnologias Alternativas, ele já havia demonstrado sua visão pouco convencional, seu modo de entender as tarefas de um administrador da coisa pública.

Cuidar para que a cidade, o Estado, o País, tenha uma infraestrutura sanitária, educacional, etc., é dever corriqueiro de qualquer governante. O estadista tem, necessariamente, uma visão mais profunda e abrangente. Pensa e age em função da felicidade das pessoas, trata de assegurar às gerações futuras os instrumentos de uma vida em que a paz ambiental afine com a paz interior. As transformações verticais da sociedade têm que ocorrer como produto de mentes sadias, de gente saudável. O espírito não autocrático deixa de determinar que tipo de organização social deve prevalecer, mas procura estabelecer condições para que a própria sociedade determine seu caminho. Esse compromisso visceral com a democracia — que não é uma forma de governo, mas um estado de respeito pela consciência de uma nação — tem animado ao longo de uma brilhante atuação política todas as ações de José Aparecido.

Pois é, ao aceitar o convite presidencial para gerir os destinos do Ministério da Cultura, a primeira (e luminosa) idéia do então governador do Distrito Federal foi estender os limites de sua atuação até os domínios do meio ambiente. Cultura e Meio Ambiente, isto é, Cultura e Natureza. Houvesse dito Cultura e Ecologia e teria dito uma redundância, pois o primeiro termo engloba o segundo. Mas disse, com inteira propriedade, cultura e meio ambiente. E meio ambiente inclui a visão da natureza humana em choque permanente com a natureza urbana, rural, selvagem, terráquea, macro e micro-cósmica. Ecologia é apenas o estudo das relações ambientais tendo em vista a prevalência do homem. Natureza é o próprio homem integrado ao meio ambiente. Tradicionalmente o cultural tem sido o inimigo

número 1 do natural. É a cultura que polui os céus e as terras, que devasta, quem asfalta, quem mata e desmata, quem cria arsenais atômicos e estruturas de progresso avassaladoras, desrespeitando tanto a natureza humana quanto a "natureza natural". A cultura fez do homem um bicho essencialmente predador. Quando José Aparecido sonha com um Ministério da Cultura e da Natureza coloca em choque dois inimigos históricos, duas forças antagônicas, dois elementos cujo conflito levou o planeta a segundos do juízo final. Essa junção de forças antagônicas tem a intenção maior de estabelecer os princípios básicos da harmonia e da paz. É, em si, uma revolução para que aconteça uma re-evolução. Com esse simples toque de gênio José Aparecido dilata as fronteiras do Ministério que deixará de ser apenas um instrumento vetorizado para as artes, mas aberto para a cultura propriamente dita deste País. Filosofia, antropologia, biologia, física, ciências do espírito, do corpo, da mente humana, passarão a fazer parte, integrante e necessária, desse ministério cujo mister é uma paz efervescente e criativa nascida no coração do homem e da natureza, enfim harmonizados.

MEIO

A burocracia teve de se contentar em ser apenas um meio a serviço das transformações exigidas pela política revolucionária de José Aparecido. Não continuou a confundir ordem com disciplina; lei, regulamentos e decretos com instrumentos impedidores das transformações profundas que foram operadas no coração da realidade social, política, portanto cultural. Ordem é natural, nasce da vontade de fazer bem feito, do fazer correto, do respeito, da fraternidade, de um ideal construtivo. Está implícita na própria natureza. Umasemente para germinar ordena seus componentes, respeita sua origem, projeta rigorosamente seu futuro. Uma árvore é auto-ordenada. O homem também. Disciplina é coisa imposta, contraria a criação, emperra pelo moralismo obsessivo, a livre expressão social. Disciplina gera acomodação, estagnação, retrocesso, burocracia excessiva e faz germinar as sementes da revolta. A ordem é divina, está nas partículas subatômicas e no universo cósmico. A disciplina é

demoníaca, está nos manuais das ditaduras que elevam o nível entrópico da sociedade; está nos laboratórios bélicos nucleares onde se quebra a ordem natural atômica obedecendo, rigorosamente, a disciplina científica da destruição. Em suma, a ordem é natural. A disciplina é um recurso sempre autoritário, sempre prepotente, sempre um tolo exercício de poder. O espantoso é que a disciplina é aceita e aplaudida. Mas o é pelas pessoas carentes de um pai tutelador. Mal sabem essas pessoas que a aceitação da primeira norma disciplinadora é o ponto de partida para instauração dos regimes autocráticos. De todos os fascismos.

Para uma autoridade exercer o poder através da disciplina é muito cômodo e fácil porque a disciplina implica em punições. A dificuldade está em deixar que a ordem se desenvolva pela consciência coletiva. Nos mecanismos disciplinadores o medo gera a aceitação até que — ao se tornarem massacrantes — gera a revolta. Nos mecanismos em que as autoridades procuram eliminar o próprio poder autocrático pessoal criando um clima de liberdade, a contestação por não admitir represálias se torna fácil e prolifera.

Conviver com essa contestação admitindo-a como feedback para correção de rota — é uma coisa rara, por ser difícil e desgastante. Se a ordem admite a desordem como a outra face do processo, a disciplina não admite qualquer ato indisciplinatório: com a desordem a ordem ainda persiste porque a justifica. Com a indisciplinada se anula. Do binômio ordem/desordem Deus fez nascer o mundo. Da disciplina hitlerista a prepotência fez nascer a Segunda Guerra Mundial.

Essa visão disciplinadora, conseqüentemente burocrática e autoritária, é pura e primária cegueira estagnadora do crescimento, do desenvolvimento, da liberdade.

Em referência ao Estado, a primeira visão é a que estava implantada. Era assistêmica. Cada compartimento funcionando de maneira estanque, como se não fizesse parte de um contexto amplo. Esse fechamento em si mesmo era conseqüente da falta de percepção gestaltica e emperrava, prejudicava, o organismo estatal. Legalismo e burocracia são suas marcas registradas.

A segunda visão é globalizante. Tem olhos apenas para ver o geral, "o bem-estar social", "o progresso do País", abstrações metafóricas, argumento totalitário de concentração do poder,

desconhecendo a importância de cada unidade federativa, de cada município, de cada cidadão, de cada pessoa. Não percebe que a infelicidade pessoal perturba o organismo familiar, extra-familiar, profissional, empresarial, municipal, estadual, nacional, internacional, cósmico.

A terceira visão é rara nos governantes: — é focada para as transformações verticais do homem e da comunidade. Acontecia em Brasília esse fenômeno raro: o governador tomava a iniciativa transformadora e encontrava, na quase totalidade da máquina administrativa, no máximo a segunda visão. É preciso ficar bem claro quanto o corpo administrativo quanto o conjunto de secretários, diretores, conselheiros, desligados da nova realidade pretendida pelo governador José Aparecido, por mais capazes, eficientes e representativos que fossem, só não emperrariam a marcha da história cultural se dotados da terceira visão: a que possibilita perceber no mundo, e nos dias presentes, a dimensão transgressora do convencional. Mudanças foram feitas e essa visão se tornou predominante.

Essa visão é também uma luta contra o tempo burocrático, o tempo político partidário. Havia todo um edifício conceitual positivista armado para que não houvesse mudanças de paradigma. Era uma abordagem fragmentária que pretendia manter insulado cada setor do Governo, que não se preocupava com uma interação profunda, que não percebia a sociedade como um todo cuja unicidade se quebra quando não há uma consideração enfática sobre a importância das partes componentes. Mas José Aparecido com sua integridade, competência e espírito de liderança conseguiu impor a transformação.

Houve a implantação sistêmica aberta para que as diretrizes revolucionárias de José Aparecido fluíssem com eficiente rapidez e consciência. Se JK queria 50 anos em 5, o Governo exigia muito mais em menos tempo: um sistema vivo e integrado que projetasse Brasília concretamente, filosoficamente, através do terceiro milênio.

A máquina burocrática tem um tempo moroso pela própria natureza estatal. Mas esse tempo não podia ser duplicado pela lentidão das decisões. Cada processo que dormisse na gaveta, por mero descaso; cada decisão que fizesse pausa para o almoço, cada "Vou pensar no assunto", cada vez que, exercitando o poder, uma

autoridade dizia não, não sei, vou consultar, o tempo de transformação estaria retardado, impedido, anulando, o andamento veloz que precisávamos. Trabalhando das cinco da manhã até altas horas da noite José Aparecido supriu a lentidão dos mais acomodados. E criou uma nova Brasília.

Correr pra quê? Para enfrentar, derrubar, aniquilar a poderosa muralha dos interesses parasitários, partidários, oportunistas, mantenedores de velhos esquemas conservadores, anti-progressistas, satisfeitos com a miséria mental, espiritual, que gera uma sociedade fragilizada pelas carências, dependências, desesperanças. 152 milhões de toneladas de lixo atômico estarão estocados daqui a 13 anos neste planeta. No lixo atômico encontra-se o plutônio que para tornar-se não radiativo leva 500 milhões de anos. Por isso é preciso correr, lutar contra essa avassaladora onda destrutiva. Essa luta só foi vencida pelas forças energéticas do espírito de José Aparecido. A catástrofe que nos ameaça esteve armada em nosso espírito até ganhar a concretude atual. Brasília havia atingido o ponto máximo de entropia. É, precisamente, no buraco negro que essa lei passou a funcionar ao contrário, no sentido da recomposição, da organização, da ordenação, da abolição do caos. Sem a terceira visão permaneceríamos para sempre trancados no inferno.

FIM

Brasília ganha, neste momento, uma envergadura política, sem par no panorama nacional. E José Aparecido provou (comprovou) que sua atuação política não se pauta pela acomodação, oportunismo, meros interesses partidários. Ele não faz o jogo político provinciano e interesseiro. Apostou, para vencer, na grandeza dos gestos largos, pensados, cultos e cultuados. Dá um exemplo de modernidade e visão contemporânea, de fé do futuro, não temendo semear, no terreno pouco fértil de um planeta erodido, de um País em estado falimentar, os grãos sadios da utopia. Ao mesmo tempo que institui um campus de pesquisas universitárias, como a Cidade da Paz, vetorizada para a construção de um pensamento novo, coloca sua impressão digital nas transformações urgentes exigidas pela sociedade

mais carente. Se tem sensibilidade para os satélites cósmicos, olha também, atentamente, para os satélites que gravitam em torno de Brasília. Não apenas olhou e ficou perplexo — como governadores de outras unidades federativas que assistem, atônitos, à explosão de miséria que mina as esperanças das periferias. Não saiu por aí com medidas assistencialistas, armou toda uma estrutura governamental apta e eficiente para promover uma verdadeira revolução cultural. Entenda-se: cultural como todo um complexo de expressões sociais, econômicas, políticas, financeiras, urbanísticas e até estéticas.

A reforma administrativa proposta exige de todo o corpo governamental, secretários e servidores, uma nova postura, uma nova dinâmica, um novo ânimo mental, uma abertura conceitual, uma nova visão do mundo. A instrumentalização filosófica é fundamental para que se absorva a abordagem sistêmica do governador. A compartimentação fragmentária abolida apenas parcialmente pelo governador encontra na Reforma Administrativa os elementos de implantação definitiva, pois permite o funcionamento de um sistema de ação integrada, de comunicação permanente, não apenas de informação mecânica, mas um diálogo marcado pela afetividade criativa. A palavra afetividade soa estranha dentro de um contexto administrativo, estranha mas essencial para o estabelecimento de um espírito democrático, portanto despido de qualquer autocracia. A prepotência da qual todos (quase todos) fomos vítimas durante largos períodos de nossa história, de tal maneira introjectou-se na alma de toda sociedade que, mesmo aqueles que sofreram sua fúria, ao assumir qualquer função de poder, passam a agir como senhores feudais. Daí uma reforma administrativa, para ganhar o status de revolucionária, sem a qual será meramente burocrática, há de ser informada pelos princípios básicos de liberdade, sem nenhum resquício de autoritarismo, fazendo renascer das relações afetivas o ânimo criador e criativo. Se Brasília teve em seu governo um político que, ao colocar a cidade como patrimônio cultural da humanidade e promover uma revolução estrutural em sua administração, ganhou a estatura de um autêntico estadista, imbuído do pleno sentido de liberdade, há de contar como seus sucessores homens dotados de grandeza similar.